

## Desenvolvimento local e o agronegócio catarinense

Djalma Rogério Guimarães

Diversos Estados do Brasil, em particular, Santa Catarina, estão desenvolvendo esforços institucionais, públicos e privados, que buscam mudar o enfoque tradicional de desenvolvimento rural, através de novos critérios metodológicos, categorias, estratégias e perspectivas. Estamos assistindo a um processo de construção de novos paradigmas, a partir da sistematização de experiências bem-sucedidas, e também dos fracassos e da insustentabilidade de alguns planos e projetos tradicionais.

Ao mesmo tempo, o meio rural vem experimentando profundas transformações, moldadas pela combinação de velhos e novos problemas estruturais, tais como persistência da estrutura fundiária concentradora, crescimento das áreas metropolitanas, esgotamento do modelo de industrialização, aumento nas transações econômicas entre campo e cidade, êxodo rural, mudança nos padrões de consumo, elevação das expectativas e demandas comunitárias, descentralização de poderes e democratização da sociedade, crescimento demográfico e aumento da pobreza. Tudo isso obriga o Estado a renovar as políticas e as estratégias de desenvolvimento rural e a desafiar os velhos modelos, demandando um grande esforço de criatividade.

A internacionalização da economia explica, em boa medida, os ajustes nas políticas agropecuárias e nos modelos de desenvolvimento rural. Este novo cenário global caracteriza-se, entre outros fatores, pela expansão mundial dos fluxos financeiros, pela eliminação das barreiras ao livre comércio, pelo fortalecimento dos poderes comerciais que operam em escala supranacional, pela redefinição do papel do Estado e pela quase permanente implementação de políticas de estabilização econômica. Quase todos os governos defendem uma maior inserção das sociedades na economia mundial, fazendo com que a dimensão política mundial se torne muito mais complexa e imprevisível, resultando em questões de natureza planetária, como a fome, a degradação ambiental e a ingovernabilidade, que demandam soluções e esforços internacionais.

Mas os efeitos da crise econômica e da deterioração social e política têm sido diferenciados. Em geral, a maior parte da população afetada pela negação de acesso às necessidades básicas e pelas precárias condições de renda e trabalho vive no meio rural. Como sabemos, a

pobreza rural se revela associada aos sistemas agropecuários tradicionais, em particular, ao grande e heterogêneo segmento da agricultura familiar.

Em Santa Catarina, de acordo com as estimativas baseadas nos critérios de classificação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, o segmento da agricultura familiar representa um universo de 180 mil famílias, ou seja, mais de 90% da população rural. Estas famílias de agricultores, apesar de ocuparem apenas 41% da área rural, são responsáveis por mais de 70% da produção agrícola e pesqueira do Estado, destacando-se na produção de 67% do feijão, 70% do milho, 80% dos suínos e aves, 83% do leite e 91% da cebola. Assim, para cada cinco empregos gerados na agricultura e na pesca, quatro são oriundos da agricultura familiar.

O desenvolvimento local, como um processo dinâmico que ocorre nas pequenas unidades territoriais e nos agrupamentos humanos inseridos nos municípios e nas comunidades, constitui-se numa alternativa capaz de promover o progresso econômico e a melhoria da qualidade de vida da população rural, pois representa uma transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização da própria sociedade, que explora suas capacidades e suas potencialidades específicas. Como um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve levar em consideração as oportunidades, a viabilidade e a competitividade da economia, juntamente com o desenvolvimento regional e o global.

Globalização e desenvolvimento local não são alternativas opostas e excludentes. Ao mesmo tempo em que a economia se globaliza, surgem novas e crescentes iniciativas no nível local. Desta forma, o desenvolvimento local constitui-se numa grande opção para o desenvolvimento do meio rural catarinense, porque une as forças comunitárias e municipais em busca do progresso e do dinamismo. A crescente demanda da sociedade por produtos diferenciados, onde os consumidores exigem segurança no que consomem para a melhoria da qualidade de vida e a preservação da saúde, abre caminhos e potencializa o desenvolvimento local através da agricultura familiar. No entanto, a estratégia para a agricultura familiar passa pelo desenvolvimento de um bom agronegócio.

A territorialidade e o saber fazer estão começando a se incorporar aos sistemas de produção das cadeias agroalimentares, fortalecendo a agricultura familiar, via organização da comunidade. Alguns produtos já são reconhecidos nos grandes centros consumidores do país e do Mercado Comum do Sul – Mercosul –, tendo-se como exemplos o alho da região de Curitiba, a cachaça de Luiz Alves, a cebola da região de Ituporanga, o queijo serrano e muitos outros.

Além de gerar empregos e renda no meio

rural, o desenvolvimento local constitui-se ainda, na mola propulsora do desenvolvimento estadual como um todo, pois seus efeitos incidem diretamente sobre todos os setores da economia catarinense. A sociedade está consciente desta integração entre os diversos setores da economia, o que vem a fortalecer o apoio para as tomadas de decisão que se fizerem necessárias.

Um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor. A perda de vitalidade dos espaços rurais emerge precisamente quando se ampliam no meio rural os espaços socialmente vazios. Na maioria dos países considerados de capitalismo avançado, isto vem acontecendo onde a população rural, particularmente a parcela vinculada à atividade agrícola, tem a constituição ou a reprodução do seu patrimônio ameaçado e onde as condições de vida dos que vivem no campo, sejam ou não agricultores, não asseguram a paridade socioeconômica em relação à população urbana, ou pelo menos a redução da distância social entre os cidadãos rurais e urbanos.

Sintonizado com esta situação, o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina – Instituto Cepa/SC – vem desenvolvendo diversos projetos e estudos relacionados com a área social, econômica, tecnológica, científica e organizacional, voltados para o desenvolvimento agrícola, pesqueiro e florestal, com ênfase na agricultura familiar catarinense, através de estudos e análises dos cenários, do mercado e dos preços, além dos diversos segmentos dos sistemas produtivos no Estado catarinense, no Brasil e no Mercosul. Este sistema de informações vem a facilitar a definição e/ou correção de políticas públicas e privadas e proporcionar o conhecimento das melhores alternativas de produção e comercialização para o desenvolvimento local de cada uma das porções do território catarinense.

Integrado aos demais órgãos públicos e privados do setor agrícola estadual, o Instituto Cepa/SC busca criar condições para que os agricultores e pescadores, com suas respectivas famílias, possam continuar exercendo suas atividades no meio em que residem, com vistas a reduzir o êxodo rural. Visa, desta forma, alcançar os meios necessários para o desenvolvimento local sustentável, onde os agricultores e os pescadores com as suas famílias possam ver no trabalho a fonte de renda e a estabilidade econômica, o bem-estar e a garantia de sua liberdade, dignidade e satisfação.

**Djalma Rogério Guimarães**, eng. agr., M.Sc., Cart. Prof. 1.144-D, Crea-SC, Epagri/Instituto Cepa/SC, Rodovia Admar Gonzaga, 1.486, C.P. 1.587, 88034-001 Florianópolis, SC, fone (0XX48) 334-2322, fax (0XX48) 334-2311, e-mail: djalma@icepa.rct-sc.br.